

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.231 - RS (2018/0296898-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **HELIO SCHAFFER**  
**ADVOGADOS** : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**  
**RENAN RAMOS FERREIRA E OUTRO(S) - RS075716**  
**RENAN TELÖKEN - RS082371**  
**RECORRIDO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - RS080026A**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. RESP N. 1.273.643/PR (ART. 543-C DO CPC/1973). TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO COLETIVA. ATOS JUDICIAIS DO LEGITIMADO EXTRAORDINÁRIO. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Helio Schaffer, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão da Vigésima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 257):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Inexiste decisão surpresa quando a parte recorrente discorre, ainda que brevemente, sobre a matéria jurídica fundamento da decisão recorrida.

2. Prescreve em cinco anos o prazo para o ajuizamento de cumprimento individual de sentença coletiva. Ocorrido o trânsito em julgado da Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9 em 27/10/2009, o direito de ação da parte credora encontra-se prescrito, haja vista o cumprimento de sentença ter sido proposto após transcorrido o prazo de cinco anos do trânsito em julgado da ação coletiva.

APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

O poupador interpõe recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015; 81, 82 e 83 do CDC; 5º da Lei n. 7.347/1985; e 6º, VII, *c*, da LC n. 75/1993.

Sustenta, em síntese, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem. Aduz, ainda, não estar prescrito o seu direito, pois a propositura da ação cautelar pelo legitimado extraordinário tem o condão de interromper o prazo para a propositura do cumprimento individual da sentença coletiva.

Contrarrazões às fls. 452-468 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão *a quo* expressamente enfrentou as questões suscitadas pelas partes, notadamente acerca da interrupção da prescrição, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

Em relação à prescrição, importante assinalar que a Segunda Seção do STJ, em julgado submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou o entendimento de ser aplicável o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para a execução individual de sentença coletiva.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.  
PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL.

PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA.

**1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública".**

2.- No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

3.- Recurso Especial provido: a) consolidando-se a tese supra, no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça; b) no caso concreto, julgando-se prescrita a execução em cumprimento de sentença. (REsp 1273643/PR, Rel. Min. Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013 - sem grifo no original)

Importante assinalar, ainda, que o prazo quinquenal independe da pretensão buscada na ação de conhecimento, isto é, não há que se falar em aplicação do mesmo prazo prescricional da ação individual cabível para defesa autônoma da pretensão de direito material, mas, sim, o prazo de 5 (cinco) anos para o pedido de cumprimento individual da sentença coletiva.

Outrossim, o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a promoção de atos jurídicos por legitimado extraordinário com a finalidade de preservar o direito dos credores individuais tem o condão de interromper a prescrição da pretensão executória individual, não havendo que se falar em inércia dos credores.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. JUROS DE MORA. TÍTULO EXECUTIVO OBTIDO ATRAVÉS DE AÇÃO COLETIVA FUNDADA EM RELAÇÃO CONTRATUAL. FLUÊNCIA QUE SE INICIA DA CITAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O ajuizamento de ação de execução coletiva pelo legitimado

extraordinário interrompe a contagem do prazo prescricional, não havendo que se falar em inércia dos credores individuais. Precedentes.

2. Em sessão de 21/5/2014, realizou-se o julgamento da controvérsia, acordando, por maioria da Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, pelo não provimento do recurso, no sentido de firmar a tese jurídica de que os juros de mora devem incidir a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da ação civil pública.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1353551/MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. AJUIZAMENTO ANTERIOR DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em recurso posterior, pois configura indevida inovação recursal.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não há falar em prescrição quando não verificada inércia do credor, ausente no caso, ante o ajuizamento de liquidação de sentença pelo Ministério Público.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1157334/MS, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 04/12/2018)

Desse modo, nota-se que o ajuizamento da ação cautelar de protesto pelo Ministério Público interrompeu o prazo prescricional para o ajuizamento do cumprimento individual de sentença, devendo ser afastada a prescrição no caso vertente.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do recurso, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator